



PROTOCOLO n° 0543/2017  
Fis \_\_\_\_\_ Livro \_\_\_\_\_ Horas \_\_\_\_\_  
Rio Bananal - ES Em 01/12/2017 060  
Funcionário \_\_\_\_\_

Estado do Espírito Santo  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL**  
Gabinete do Prefeito

Ofício GAB n°. 348/2017

Rio Bananal - ES, 01° de Dezembro de 2017.

Assunto: Encaminha - Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, e de seus ilustres pares, o presente **Projeto de Lei Complementar n° 038/2017**, que **“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 10 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.”**

Na expectativa de contar com a participação dessa Egrégia Casa de Leis, esperamos que o projeto de Lei Complementar em tela, seja apreciado, discutido e aprovado em regime de **URGÊNCIA**, nos termos da Legislação Municipal.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres pares protestos de alta estima e distinta consideração.

  
**FELISMINO ARDIZON**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**JUDACI GERALDO DALCUMUNE BOLSONI**

MD. Presidente da Câmara Municipal de Rio Bananal – ES.



**Estado do Espírito Santo**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL**  
Gabinete do Prefeito

**MENSAGEM E JUSTIFICATIVA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 038**

Rio Bananal - ES, 01º de Dezembro de 2017.

Temos a elevada honra de encaminhar a essa colenda Casa de Leis, o incluso **Projeto de Lei Complementar nº 038/2017**, que **“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 10 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.”**

O Prefeito Municipal tem a honra de submeter à apreciação de Vs. Ex<sup>a</sup>., atendendo ao pedido da própria Câmara Municipal de Rio Bananal - ES, o incluso Projeto de Lei Complementar que tem por finalidade alterar a Lei Complementar nº 10 de 17 de Fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Rio Bananal, visando instituir a Unidade Central de Controle Interno – UCCI da Câmara Municipal.

Assim, na expectativa de contar com a participação dessa Egrégia Casa de Leis, esperamos que o Projeto de Lei Complementar em tela seja apreciado, discutido e aprovado em regime de **URGÊNCIA**, observando-se a legislação em vigor.

Atenciosamente.

  
**FELISMINO ARDIZZON**  
Prefeito Municipal



FL Rubi  
02/8

**Câmara Municipal de Rio Bananal**  
**Estado do Espírito Santo**

OF. SAFCM - Nº 0107/2017 RIO BANANAL – ES – 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

**Assunto:** Referente alteração em Lei Complementar.

Senhor Prefeito,

Em atendimento a orientação do Tribunal de Contas do ES, e aliado ao fato que depois de realizado pesquisa foi constatado que a maioria das Câmaras Municipais do Estado possui controladoria própria, os Vereadores desta Câmara Municipal decidiram em instituir a UCCI, sendo necessária a adequação da Lei Complementar nº010, de 17/02/2017, para que posteriormente seja regulamentado a UCCI da Câmara.

Assim sendo, considerando que a iniciativa da instituição de norma geral é do Chefe do Poder Executivo, por intermédio deste, encaminho a V. Exa. minuta de projeto de lei complementar que regulamenta a LC 10/2012, para que se possível, seja iniciado o processo legislativo.

Na oportunidade, reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

ATENCIOSAMENTE,

Prefeitura Municipal de Rio Bananal
Protocolo Nº 0179
Rio Bananal 30 / 11 / 17
Funcionário. Portaria Nº 0015491

**JUDACI GERALDO DALCUMUNE BOLSANI**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

Ao Exmo. Sr.

**FELISMINO ARDIZZON**

MD. Prefeito Municipal de Rio Bananal – ES.



PROTOCOLO nº 0544, 2017  
Fis \_\_\_\_\_ Livro \_\_\_\_\_ Horas \_\_\_\_\_  
Rio Bananal - ES Em 01, 12, 2017  
Funcionário \_\_\_\_\_

Estado do Espírito Santo  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL  
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº. 038, DE 01º DE DEZEMBRO DE 2017.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 10 DE 17 DE  
FEVEREIRO DE 2012.”

O Prefeito Municipal de Rio Bananal – Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, faz saber que a Câmara Municipal de Rio Bananal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** A Lei complementar nº 10 de 17 de Fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Rio Bananal e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 3º Entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, incluindo as Administrações Direta e Indireta, de forma integrada, compreendendo particularmente:*

*§1º Os Poderes e Órgãos referidos no caput deste artigo deverão se submeter às disposições desta Lei e às normas de padronização de procedimentos e rotinas expedidas no âmbito de cada Poder, incluindo as respectivas Administrações Direta e Indireta.*

*§2º O Poder Legislativo Municipal deverá se submeter às disposições desta Lei, porém, quanto as norma de padrão e rotina, poderá optar elaborar normas próprias.*

(...).

*Art. 5º São responsabilidades da UCCI referidas no artigo 7º desta Lei, além daquelas dispostas no art. 74 da Constituição Federal e art. 76 da Constituição Estadual e 108 da Lei Orgânica Municipal, também as seguintes:*

(...).

*VI - medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação própria, nos diversos sistemas administrativos da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, ou da Câmara Municipal conforme o caso, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;*

(...).

*Art. 7º A Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta e a Câmara Municipal, ficam autorizados a organizar a sua respectiva Unidade Central de*



**Estado do Espírito Santo**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL**  
Gabinete do Prefeito

*Controle Interno, com o status de Secretaria, vinculada diretamente ao respectivo Chefe do Poder ou Órgão, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, que atuará como Órgão Central do Sistema de Controle Interno.*

*§1º O Poder Legislativo Municipal submeter-se-á à sua própria coordenação da Unidade Central de Controle Interno - UCCI, sendo constituídas normas e estruturação própria.*

*§ 2º Até que seja instituída a UCCI da Câmara Municipal por meio de lei de iniciativa própria, o Poder Legislativo Municipal submeter-se-á à coordenação da UCCI do Poder Executivo Municipal, excetuando-se o controle sobre as atribuições legislativas e de controle externo.*

*Art. 8º Deverá ser criado no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rio Bananal 01 (um) Cargo em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que poderá ser preenchido por servidor ocupante de cargo efetivo de auditor público interno, o qual responderá como titular da Unidade Central de Controle Interno – UCCI, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.*

<b>Denominação do Cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Referência</b>	<b>Distribuição</b>
<i>Chefe da Unidade Central de Controle Interno</i>	<i>01</i>	<i>FCE</i>	<i>UCCI</i>

*§1º Quando instituída a UCCI da Câmara Municipal, deverá ser criado o mesmo Cargo em Comissão, porém com carga horária semanal de 30 (trinta) horas.*

*§2º O ocupante deste cargo deverá possuir nível de escolaridade superior e registro no respectivo órgão de classe. Deve demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira, contábil, jurídica e administração pública, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e a atividade de auditoria.*

*Art. 9º – Deverá ser criado no Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Rio Bananal, o cargo efetivo de Auditor Público Interno que será obrigatoriamente ocupado após a realização do respectivo concurso público.*

*§1º O Cargo de Provimento Efetivo de “Auditor”, constante do Anexo I, “Grupo Nível Superior”, da Lei Complementar Municipal nº 002/2011, de 06/09/2011, fica com a sua nomenclatura alterada para “Auditor Público Interno” e com seu quantitativo aumentado de 03 (três) para 05 (cinco) vagas, e os Requisitos para Provimento constante do item 4, do Anexo IV “Grupo Ocupacional Nível Superior”, da mesma lei, passa a ser o seguinte:*



**Estado do Espírito Santo**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL**  
Gabinete do Prefeito

*I – 02 (duas) vagas: **Instrução:** curso de nível superior em Ciências Contábeis e registro no respectivo órgão de classe;*

*II – 01 (uma) vaga: **Instrução:** curso de nível superior em Administração e registro no respectivo órgão de classe; (texto Lei Complementar nº 027, de 10 de janeiro de 2017).*

*III – 01 (uma) vaga: **Instrução:** curso de nível superior em Direito e registro no respectivo órgão de classe;*

*IV – 01 (uma) vaga: **Instrução:** curso de nível superior em Engenharia Civil e registro no respectivo órgão de classe;*

***Art. 10** Até o provimento dos cargos, disposto no art. 9º, mediante concurso público, os recursos humanos necessários às tarefas de competência da UCCI serão recrutados do quadro efetivo da Prefeitura Municipal, **ou da Câmara Municipal**, abrangendo as administrações Direta e Indireta, desde que preencham as qualificações para o exercício da função.*

***Parágrafo único.** Os servidores recrutados para exercerem atividades de controle interno, conforme disposto no caput deste artigo, poderão receber mensalmente a critério da Chefia Imediata, gratificação de acordo com o disposto no art. 59, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar municipal nº 002/2011, de 06/09/2011.*

*(...).*

***Art. 11** É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 05 (cinco) anos:*

*(...).*

***Parágrafo único.** Os servidores recrutados para exercerem atividades de controle interno, conforme disposto no Artigo 10, quando exercerem outras atividades, não poderão auditar estas.*

*(...).*

***Art. 17.** Imediatamente à entrada em vigor da presente Lei, será de responsabilidade do Chefe do Executivo, e do Legislativo quando for o caso, dar início ao processo administrativo objetivando a contratação de empresa ou instituição visando à realização de Concurso Público de provas ou de provas e títulos, para preenchimento do Cargo de que trata o art. 9º desta Lei e de outros que por ventura ainda estejam vagos e necessários para a manutenção das atividades da prefeitura.*

***Art. 18.** Fica criado no Anexo II a que se refere o art. 60 da Lei 241/90, de 23 de março de 1990, que “dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá*



**Estado do Espírito Santo**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL**  
Gabinete do Prefeito

*outras providências”, o Cargo de Provimento em Comissão de Controlador Interno, com o mesmo Subsídio pago atualmente aos ocupantes dos cargos de Secretário Municipal, que executará juntamente com os servidores recrutados na forma do parágrafo único do art. 10 desta Lei, as atividades da Unidade Central de Controle Interno, na forma do artigo 5º desta Lei, até que seja realizado o Concurso Público de que trata o art. 17 deste diploma legal, para preenchimento das vagas existentes no Cargo de Provimento Efetivo de Auditor Público Interno.*

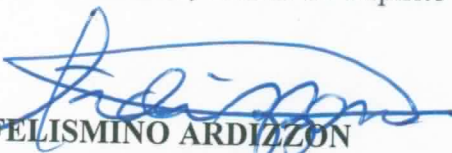
**Parágrafo único.** *Para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de que trata o caput deste diploma legal, o postulante terá que possuir umas das habilitações definidas no art. 9º desta Lei e com as mesmas vedações dos arts. 11 e 12, também da presente Lei.*

(...).

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Bananal, Estado do Espírito Santo, 01º de Dezembro de 2017.

  
**FELISMINO ARDIZZON**  
Prefeito Municipal